
Gênero em pauta: educomunicação e jornalismo comunitário na EJA para o diálogo sobre mulheres¹

Jade Gonçalves Castilho Leite²
Claudemir Edson Viana³
Universidade de São Paulo – USP

Resumo

Esta pesquisa objetiva identificar como o jornalismo comunitário e a práxis da educomunicação podem incentivar o debate nas escolas acerca das questões de gênero e das mulheres. Por meio da pesquisa-ação em andamento no projeto de mestrado, busca-se apresentar estratégias para abordar a temática de modo que possa ser debatida e dialogada por educadores, educandos e comunidade escolar da Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJA) de forma transdisciplinar/transversal ao currículo na sala de aula.

Palavra-chave: jornalismo comunitário; educomunicação; gênero; escolas; diálogo.

Introdução

Este projeto de dissertação de mestrado discorre sobre como o jornalismo comunitário e a educomunicação podem agir como estratégias de incentivo e promoção do diálogo acerca das questões de gênero nas escolas. Além disso, pretende-se analisar, através da pesquisa-ação, como essa instância comunicativa e educativa possibilita a construção de narrativas emancipatórias por meio do olhar de quem vive e constrói o território, valorizando suas identidades, potencialidades e experiências locais do cotidiano de cada sujeito.

Ao relacionar o jornalismo comunitário aos estudos de gênero e à epistemologia da educomunicação, a pesquisa pretende evidenciar a importância da comunicação como direito e das contribuições da prática educ comunicativa para projetos jornalísticos feitos em uma comunidade, incluindo o âmbito escolar, com protagonismo dos educandos.

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Educação, do 25º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCOM) da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), licenciada em Educomunicação pela mesma universidade e formada em jornalismo pela PUC-Campinas. Atua como assessora de comunicação da Fundação Carlos Chagas. E-mail: jadegcleite@usp.br.

³ Docente e pesquisador da Licenciatura em Educomunicação e Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade São Paulo. Coordenador do Núcleo de Comunicações e Educação da USP e Secretário Executivo da ABPEducom - Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação. E-mail: profclaudemirviana@usp.br.

A escolha do tema foi feita a partir do estudo das temáticas de gênero e do reconhecimento da importância de trabalhá-las na formação dos estudantes e no currículo estabelecido para o ensino regular. A partir da formação prévia no Bacharelado em Jornalismo e de experiências técnicas na área da produção jornalística comunitária feita pela pesquisadora autora, foi definida a proposta de oficinas práticas de jornalismo comunitário com os educandos e educadores nas escolas.

Busca-se apreender a comunicação nos processos educacionais, sua reflexão epistemológica, teórica e metodológica no âmbito do diálogo entre as diferentes práticas sociais, contribuindo para o incentivo à prática da comunicação comunitária voltada ao diálogo, ao protagonismo dos sujeitos e ao direito humano social à informação e ao conhecimento. Com a pesquisa salienta-se também o papel da Universidade de São Paulo enquanto instituição de ensino, pesquisa e extensão pública, e pelo fato de a pesquisa ser uma maneira de retornar para a sociedade os conhecimentos adquiridos na universidade.

1. Tema e objeto da pesquisa

Os estudos no campo da Comunicação e Educação, com a intersecção dos temas relacionados a gênero, vêm crescendo no Brasil. Em 2017, o livro *Gênero e Educação: fortalecendo uma agenda para as políticas educacionais* (Carreira et al.) foi publicado pela Ação Educativa, Ecos - Comunicação em Sexualidade, Comitê Latino-Americano e do Caribe para a defesa dos direitos das mulheres, Geledés - Instituto da Mulher Negra, e Fundação Carlos Chagas, debate como as políticas públicas para a educação abordam as temáticas de gênero e sexualidade. Em seguida, em 2018, foi lançado o livro *Desigualdades, Relações de Gênero e Estudos de Jornalismo* pela Intercom, com 24 capítulos discutindo estudos envolvendo jornalismo e gênero ou comunicação e gênero (Aguiar; Silva; Martinez, 2018). Para estender a investigação dessa temática, aliada à educomunicação e ao jornalismo no âmbito estritamente comunitário e enquanto prática emancipatória, pretende-se compreender e apontar as possíveis relações práticas e de promoção do diálogo, protagonismo e participação dos sujeitos nas escolas.

O presente projeto de dissertação surge da relevância da abordagem do tema nas escolas e das contribuições que a perspectiva da produção jornalística, em comunidade, pode trazer para o ensino e debate acerca das questões de gênero. Entre as perguntas elaboradas para esta proposta, busca-se compreender como a prática do jornalismo

comunitário, aliada à mediação educ comunicativa, pode promover o diálogo sobre a temática de gênero nas escolas, pensando na abordagem curricular oferecida para educadores trabalharem com seus estudantes. Ademais, propõe-se apresentar de que maneira as técnicas e estratégias comunicativas e educ comunicativas podem contribuir para a abordagem dessa temática no espaço educativo.

Como problemas norteadores, a pesquisa traz, num primeiro momento, o levantamento bibliográfico acerca do jornalismo comunitário, da prática jornalística no território, a presença do gênero na elaboração de reportagens e as abordagens presentes nesse tipo de produção em comparação ao veiculado na mídia tradicional, concentrada pelo monopólio da comunicação brasileira. Nesta acepção, entende-se como mídia tradicional e hegemônica àquela que detém o poder de produzir conteúdo que reverbera a uma grande expressão de pessoas. Nesse sentido, será apresentada a comparação entre o jornalismo produzido nesse tipo de meio de comunicação – sua construção textual, uso de imagens, escolha de fontes e foco da reportagem – e o trabalho jornalístico feito em veículos comunitários, caracterizado pelo exercício do diálogo e incentivo à participação da comunidade.

A partir disso, mostra-se a perspectiva da leitura crítica da mídia, à luz do direito à comunicação e da liberdade de expressão, com a informação plural e diversa que possibilita a visibilidade para os diferentes modos de vida e visões de mundo e exige o reconhecimento dos receptores e usuários das mídias como sujeitos do processo comunicacional. Posteriormente, a presente pesquisa-ação visa intervir em e analisar o processo educ comunicativo com a contextualização da escola e da presença da temática das questões de gênero, dentro e fora da sala de aula. A investigação está sendo realizada na unidade do CIEJA Aluna Jéssica Nunes Herculano, no Butantã. Durante o primeiro ano de mestrado, foi realizado o contato com a coordenação da unidade e o diálogo sobre o projeto e suas etapas de execução entre equipe administrativa da unidade escolar e docentes.

Neste sentido, relaciona-se a proposta pedagógica do CIEJA à educ comunicação tendo Paulo Freire como um dos teóricos que são referência para a área e como entendemos o espaço educativo. A educ comunicação compreende a interface entre a comunicação, a educação e a ação e como ambas não só se relacionam como também constroem aprendizados e conhecimentos de forma conjunta e integral. De acordo com

Freire (1985), a educação e a comunicação estão unidas nesse processo de aprendizagem e na formação de sujeitos críticos.

O papel do educador não é o de "encher" o educando de "conhecimento", de ordem técnica ou não, mas sim o de proporcionar, através da relação dialógica educador-educando, educando-educador, a organização de um pensamento correto em ambos. "O diálogo é o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o "pronunciam, isto é, o transformam, e, transformando-o, o humanizam para a humanização de todos" (1985, p. 28).

Os estudantes da modalidade EJA, em um sentido amplo, procuram o CIEJA por algum problema no histórico escolar, como repetência, evasão, questões, muitas vezes, financeiras e familiares. Os CIEJAs abarcam processos formativos de natureza diversa, cuja efetivação se dá na interação de uma variedade de atores, de um lado o Estado, as organizações da sociedade civil e o setor privado e, de outro, uma gama de sujeitos tão diversificados quanto são os representantes das camadas mais empobrecidas: negros, idosos, trabalhadores, não trabalhadores, diversas juventudes, pessoas cis e trans, os que cumprem medidas socioeducativas, as pessoas com algum tipo de deficiência, as donas de casa, entre outros.

O CIEJA (Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos) é uma unidade educacional que atende jovens e adultos em três períodos (manhã, tarde e noite) em até seis turnos diários, articulando em seu projeto político pedagógico o Ensino Fundamental e a Qualificação Profissional Inicial. Os cursos têm duração de quatro anos e são estruturados em quatro módulos: alfabetização, básico, complementar e final.

Portanto, as principais características dos estudantes do CIEJA são a diversidade e a busca pela inserção social como sujeitos e cidadãos. Esses perfis são relatados e estão presentes no Projeto Político Pedagógico da unidade no Butantã. Conforme relatado em contato na escola e também presente no PPP, o CIEJA Butantã também já teve um projeto de educomunicação direcionado à produção de um programa de rádio com os educandos apoiado pelos professores e coordenação, o rádio e blog "CIEJA na rede". Com isso, a escola se mostra um terreno fértil para novas propostas educacionais.

A maioria possui poucos anos de escolaridade, sequer possui educação primária. "Desse modo, a educação como direito e sua efetivação em práticas sociais se

convertem em instrumento de redução das desigualdades e das discriminações e possibilitam uma aproximação pacífica entre os povos de todo o mundo” (Cury, p. 261, 2002). Assim, oferecer um espaço como o CIEJA para jovens e adultos excluídos do processo de aprendizagem devido a questões socioeconômicas, em sua grande maioria, é fazer nascer, novamente, a esperança do saber e o gosto pelo conhecimento e mostrar que é possível retomar e começar de novo. Durante o mês de fevereiro e início de março de 2025, foram realizadas reuniões com a coordenação pedagógica do CIEJA Butantã para viabilização das oficinas práticas descritas mais adiante neste projeto de pesquisa.

Ao final, com a realização de oficinas práticas de jornalismo e incentivo ao envolvimento da comunidade escolar, essa pesquisa objetiva apresentar como esse tipo de produção jornalística, pensada para essa abordagem específica, pode desenvolver e salientar debates sobre gênero distintos do que vemos em veículos de comunicação diários e de grande audiência. Com o exercício da reflexão descrita, pretende-se apresentar elementos e estratégias educacionais para criar maneiras horizontais, dialógicas, integradas e transdisciplinares para lidar com e viabilizar conversas.

No processo de emancipação e liberdade coletiva, a educação e a comunicação podem ser problematizadas como ações culturais pela emancipação. Nesse propósito, é preciso pensar em práticas de ruptura e de fissura, de enfrentamento dessas realidades. Assim, a dialogia, conceito freireano, pode ser uma mola propulsora de mudanças e transformações.

O diálogo crítico e libertador, por isto mesmo que supõe a ação, tem de ser feito com os oprimidos, qualquer que seja o grau em que esteja a sua luta por libertação. Não um diálogo às escâncaras, que provoca a fúria e a repressão maior do opressor. O que pode e deve-se variar, em função das condições históricas, em função do nível de percepção da realidade que tenham os oprimidos é o conteúdo do diálogo. Substituí-lo pelo anti-diálogo, pela sloganização, pelos comunicados, pela verticalidade é pretender a libertação dos oprimidos com instrumentos de domesticação. Pretender a libertação destes sem a sua reflexão no ato desta libertação é transformá-los em objeto que se devesse salvar de um incêndio. É fazê-los cair em um engodo populista e transformá-los em massa de manobra (Freire apud Oliveira, 2017, p. 169).

A pertinência deste estudo é constatada a partir de três âmbitos e das relações que possuem entre si: a educação, o jornalismo comunitário e os estudos de gênero. Durante pesquisa antecedente, foram constatados aspectos similares e dissidentes entre o jornalismo comunitário e a práxis educacional, no que diz

respeito à participação do sujeito do fato, ao diálogo sobre território e ao protagonismo direto da comunidade.

Assim sendo, já foram levantadas convergências práticas entre os campos, e a opção pelas temáticas de gênero se dá pela relevância de sua abordagem nesse tipo de comunicação, em contraposição ao que está presente nos veículos de comunicação tradicionais. Acredita-se, porém, que esta investigação possa ir além da contextualização do jornalismo comunitário e seu papel de debate das questões de gênero, pensando, além disso, sobre como a prática educ comunicativa pode contribuir com e ampliar esse diálogo dentro das escolas.

2. Quadro teórico de referência

Ao recuperar o aspecto da comunicação e do jornalismo comunitário, entende-se a prática que se dedica ao relato dos fatos de uma determinada comunidade. É por meio dele que se busca resgatar a identidade individual e coletiva dos sujeitos, com a valorização da cultura local, da coletividade e da noção de pertencimento. Até os anos 1990, a comunicação popular e comunitária era vista como instrumento de mobilização e uma necessidade de expressão dos movimentos sociais. Aos poucos vem sendo agregada a noção de acesso aos meios de comunicação como um direito de cidadania.

Neste sentido, o jornalismo comunitário é a oportunidade de proporcionar aos indivíduos o exercício de uma cidadania e do seu direito à comunicação de forma ativa, e não somente como mero espectador. Sendo assim, o cidadão, ao ser inserido em um sistema de comunicação comunitária, tem condições de participar de maneira ativa do processo de construção das notícias, reportagens, entrevistas e de publicação ou divulgação das mesmas. “A produção de narrativas inclusivas tem como pressuposto que o conhecimento do cotidiano do outro é capaz de produzir um reconhecimento de identidade entre os indivíduos” (Paiva, 2006, p.70).

A prática do jornalismo comunitário certamente se relaciona com a educ comunicação justamente por incentivar o protagonismo da comunidade. Nesse cenário, o indivíduo é produtor de conteúdo, de informação, podendo dela participar, e ser agente no processo de construção social, ou seja, ele não será apenas receptor, sem capacidade de agir sobre a construção social da realidade por meio do relato jornalístico.

De acordo com Costa Filho (2021), a cidadania comunicativa é, assim, a consciência, a formalização e o exercício dessas garantias do direito à comunicação.

Para Ismar de Oliveira Soares (2011, p. 36), a comunicação e a educação são conceitos caros à educomunicação e suas iniciativas com os sujeitos participantes:

Comunicação e educação populares, comunicação para o desenvolvimento e educação para a comunicação constituem-se, portanto, conceitos caros à Educomunicação e suas iniciativas se confundem ou integram a práxis educacional, uma vez que a transformação social e a apropriação cidadã dos meios de comunicação para a difusão de mensagens contra-hegemônicas se alinham aos princípios defendidos pela educomunicação e integram o seu conceito, um “conjunto de ações voltadas ao planejamento e implementação de práticas destinadas a criar e desenvolver ecossistemas comunicativos abertos e criativos em espaços educativos [...]”.

O jornalismo comunitário surge como alternativa para a democratização da mídia, principalmente no caso brasileiro, que sofre de concentração de propriedade do monopólio de mídia. Desse modo, o jornalismo comunitário pode ser uma ferramenta para ampliar o acesso à informação, à disponibilidade das informações, e propiciar interlocução entre produção e recepção do conteúdo dos veículos comunitários, com uma maior representatividade da comunidade.

No currículo da Educação Básica (Ensino Fundamental e Ensino Médio), tendo como ponto de partida o negacionismo das discussões sobre gênero e sexualidade na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), foi dificultada a criação de estratégias e diálogo acerca dessas temáticas em sala de aula. Ao não contemplar a Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJA), o documento deixa uma lacuna a ser preenchida, já explicitada no próprio regime e objetivo da formação daqueles que, por diversos motivos, foram privados do acesso à educação. Com proposta reparadora, equalizadora e qualificadora, a EJA visa garantir uma oferta de qualidade que repare a ausência da educação formal para milhares de brasileiros que não tiveram acesso à escola ou que dela se evadiram por inúmeras razões. Ademais, também podem-se considerar os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), uma coleção de documentos que compõe a grade curricular de uma instituição educativa elaborado para ser usado como ponto de partida para o trabalho docente, norteador das atividades realizadas na sala de aula, a serem definidas pelo Projeto Político Pedagógico de cada escola. As relações entre educação e comunicação no ambiente comunitário desenvolvem conhecimento e mudam o modo dos sujeitos envolvidos de se relacionarem com a sociedade e com o

próprio sistema dos meios de comunicação de massa. Com essas atividades, eles se apropriam de técnicas e instrumentos tecnológicos do processo de produção da notícia, adquirindo uma visão mais crítica, tanto pelas informações e formações que recebem, quanto pelo que aprendem através da vivência e da prática.

A participação das pessoas na produção e transmissão das mensagens, nos mecanismos de planejamento e na gestão do veículo de comunicação comunitária, contribui para que elas se tornem sujeitos, se sintam capazes de fazer aquilo que estão acostumadas a receber pronto, fazem-se protagonistas da comunicação e não somente receptores (Peruzzo, 2000, p. 11).

A educação como prática de liberdade, como propõe hooks (2013) e Freire (1985, p. 22), apresenta que “o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações”. Os meios de comunicação e as práticas comunicativas comunitárias assumem mais claramente esse papel educativo, tanto pelo conteúdo de suas mensagens, quanto pelo processo de participação popular que eles podem arregimentar na produção, no planejamento e na gestão da própria comunicação.

Ao pensarmos no trabalho sobre gênero dentro do contexto educacional e da prática educomunicativa detalhada neste trabalho, é importante delimitar qual conceito está colocado como base para esse desenvolvimento. Retomando pensamentos de Scott (1995, p. 75), utiliza-se o termo “gênero” como uma forma de indicar construções culturais, a criação social de ideias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres:

Gênero é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, "gênero" tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens.

De acordo com a autora, o gênero constitui-se como elemento das relações sociais, baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e suas significações nas relações de poder (1995). Nesta pesquisa-ação, o diálogo sobre gênero na escola escolhida para a intervenção educomunicativa se dá por meio da leitura de reportagens relacionadas à violência de gênero, desigualdade salarial entre homens e mulheres e sobre a vivência da maternidade solo. Em oficinas executadas, a oportunização da leitura conjunta de matérias com essa temática incentiva o debate sobre as questões mencionadas, no entanto, as histórias de vida de educandas e educandos presentes já

oferecem elementos para rodas de conversas que abordem vivências de mulheres na sociedade.

Ampliar o debate sobre os aspectos de gênero para pensar a comunicação no Brasil é discutir, também, como a colonialidade do poder, do saber e do ser estruturam a produção de subjetividade, as práticas sociais e comunicacionais na sociedade contemporânea a partir da importância e urgência da interseccionalidade como ferramenta teórico-metodológica (Akotirene, 2019; Crenshaw, 2002; Collins; Bilge, 2021). Assim, se faz necessário pensar como as atribuições de sentido difundidas pela mídia dominante permanecem reproduzindo a colonialidade, dialogando sobre as formas de opressão e incentivando a descolonização do pensamento.

3. Metodologia

Com o intuito de analisar a prática da comunicação comunitária na abordagem das questões de gênero e como a educomunicação pode apresentar contribuições na ampliação desse diálogo nas escolas, optou-se por uma abordagem por meio da revisão bibliográfica e da pesquisa-ação. A pesquisa-ação exige uma relação de proximidade e participação com os membros da situação investigada, com a definição da ação, de seus objetivos, dificuldades, sujeitos envolvidos e como será produzido o conhecimento a partir do problema apresentado.

A pesquisa-ação como método agrega várias técnicas de pesquisa social. Utiliza-se de técnicas de coleta e interpretação dos dados, de intervenção na solução de problemas e organização de ações, bem como de técnicas e dinâmicas de grupo para trabalhar com a dimensão coletiva e interativa na produção do conhecimento e programação da ação coletiva (Baldissera, 2001, p. 7).

Assim, a presente pesquisa e análise aqui proposta baseia-se no levantamento teórico bibliográfico e na pesquisa-ação proposta a partir das seguintes ações:

- Encontros e reuniões entre coordenação pedagógica, mestrande e corpo docente da escola escolhida (CIEJA Butantã) para diálogo sobre viabilidade do projeto educutivo previsto e adequações às demandas e ao cotidiano de atividades da unidade;
- Elaboração e execução das oficinas no primeiro e segundo semestre de 2025, às sextas-feiras, entre os meses de março a junho e de agosto a outubro, com registros em diário de vivências das atividades e de todos os conteúdos

jornalísticos produzidos educandos no jornal mural comunitário criado por eles com participação da comunidade pedagógica como um todo;

- Acompanhamento das atividades após o término das oficinas e a realização de entrevistas em profundidade com os educandos e educadores sobre o processo do curso para análise dos materiais, relatos e dados coletados.

A escolha pela pesquisa-ação enquanto metodologia e procedimento de estudo se dá ao pensar em como a mesma se associa a diversas formas de ação coletiva e orientada para a resolução de problemas ou a partir de objetivos de transformação social. A pesquisa-ação pode ser vista, justamente, como uma forma de engajamento colaborativo e coletivo, construída a partir das seguintes propostas (Thiollent, 2022):

a) ampla e explícita interação entre pesquisadores e pessoas implicadas na situação investigada;

b) objetivo da pesquisa-ação consiste em resolver ou, pelo menos, em esclarecer os problemas da situação observada;

c) há, durante o processo, um acompanhamento das decisões, das ações e de toda a atividade intencional dos atores da situação.

Dando andamento à pesquisa após a contextualização teórica sobre o direito à comunicação, o jornalismo comunitário e sua prática de emancipação dos sujeitos, e a busca por referenciais teóricos sobre legislação e políticas educacionais voltadas para o debate e diálogo sobre questões de gênero nas escolas, o presente trabalho segue para as etapas práticas de diálogo com escolas e profissionais desses locais para a validação da proposta esboçada e como o trabalho pode se dar em conjunto com educadores, educadores e educandos e educandas. “A premissa inicial que valida o contrato didático enseja, quase naturalmente, a ideia de um partilhamento efetivo e coletivo da planificação das aulas incluindo temáticas e dinâmicas a serem desenvolvidas conjuntamente” (Consani, 2024, p.28).

A partir da concepção anteriormente esboçada, pode-se considerar que, na organização e na condução de uma pesquisa-ação, o projeto de mestrado apresentado busca, a partir da temática de gênero e das mulheres, ampliar, mas não somente, promover, em um cenário de desconhecimento do diálogo, o debate a respeito das mesmas no ambiente escolar, fomentando relações entre membros da comunidade de forma dialógica, horizontal e democrática.

Referências

- AGUIAR, Leonel; SILVA, Marcos Paulo da; MARTINEZ, Monica (orgs). **Desigualdades, relações de gênero e estudos de jornalismo**. São Paulo: Life Editora, 2018.
- AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- BALDISSERA, Adelina. Pesquisa-ação: uma metodologia do “conhecer” e do “agir” coletivo. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 7, n. 2, p. 5-25, 2001.
- CARREIRA, Denise. **Gênero e educação: fortalecendo uma agenda para as políticas educacionais**. São Paulo: Ação Educativa, Cladem, Ecos, Geledés, Fundação Carlos Chagas. 2016.
- COLLINS, Patricia Hill. BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- CONSANI, Marciel. **Educomunicação: o que é e como fazer**. Editora Contexto, 2024.
- COSTA FILHO, Ismar Capistrano. O reconhecimento do receptor-usuário na cidadania comunicativa. **Intexto**, n. 52, p. 102969-102969, 2021.
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?**. Editora Paz e Terra, 1985.
- hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a Educação como prática de liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- OLIVEIRA, Dennis de. **Jornalismo e emancipação: uma prática jornalística baseada em Paulo Freire**. 2017.
- PAIVA, Raquel. **Jornalismo Comunitário: uma reinterpretação da mídia**. Intercom. Portcom. 2006.
- PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Comunicação comunitária e educação para a cidadania. **Comunicação e Sociedade**, v. 2, p. 651-668, 2000.
- SOARES, I. O. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação**. São Paulo: Paulinas, 2011.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez., 1995.
- THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. Cortez editora, 2022.